



**Programa de Desenvolvimento Rural**

## **AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE APOIO**

**N.º 01 / Acção 232 / 2008**

### **ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO DE POVOAMENTOS**

**(Portaria n.º 1137-B/2008, de 9 de Outubro)**

Nos termos do Regulamento de Aplicação da Acção Ordenamento e Recuperação de Povoamentos, a apresentação de pedidos de apoio processa-se através de concursos, cujos avisos de abertura são decididos pelo Gestor do PRODER, ouvida a Autoridade de Gestão, e homologados pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, sendo divulgados através do sítio da Internet do PRODER.

A Acção n.º 2.3.2 “Ordenamento e recuperação de povoamentos” compreende duas subacções, a seguir designadas:

- a) Subacção n.º 2.3.2.1 “Recuperação do Potencial Produtivo”;
- b) Subacção n.º 2.3.2.2 “Instalação de Sistemas Florestais e Agro-florestais”.

O presente aviso para apresentação de pedidos de apoio refere-se às duas subacções, sendo definido nos termos seguintes.

#### **1. Objectivos dos projectos a apoiar no presente concurso**

- a) Restabelecer o potencial de produção silvícola das áreas afectadas pela ocorrência de incêndios ou de agentes bióticos nocivos na sequência de incêndios;
- b) Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos;
- c) Aumentar e diversificar a oferta de produtos florestais de qualidade, reforçando as fileiras estratégicas de âmbito nacional e regional e promovendo a complementaridade entre a produção silvícola e as produções agrícolas ou pecuárias extensivas;
- d) Reordenar, reconverter e relocalizar espécies florestais, visando o aumento da sua produtividade;

- e) Introduzir medidas de prevenção associadas aos povoamentos florestais, ao nível da rede de infra-estruturas a recuperar ou a instalar.

## **2. Tipologia das intervenções a apoiar**

Pode ser concedido, no âmbito do presente concurso, apoio a investimentos que digam respeito a:

- a) No âmbito da subacção n.º 2.3.2.1 "Recuperação do Potencial Produtivo", o restabelecimento do potencial silvícola de áreas afectadas pela ocorrência de incêndios ou de agentes bióticos nocivos na sequência de incêndios, incluindo a reabilitação de povoamentos e habitats florestais e a reflorestação daquelas áreas;
- b) No âmbito da subacção n.º 2.3.2.2 "Instalação de Sistemas Florestais e Agro-florestais":
  - i. Florestação de terras agrícolas, incluindo a constituição de cortinas de abrigo;
  - ii. Florestação de terras não agrícolas, incluindo a florestação de terras agrícolas abandonadas;
  - iii. Instalação de sistemas agro -florestais em terras agrícolas.

Podem ainda ser concedidos os seguintes prémios:

- a) Prémio à manutenção, durante um período máximo de cinco anos, destinado a cobrir as despesas inerentes à manutenção dos povoamentos florestais instalados, no caso de florestação de terras agrícolas e de terras agrícolas abandonadas;
- b) Prémio por perda de rendimento pelo período constante do anexo II do Regulamento de Aplicação da presente Acção, destinado a compensar a perda de rendimento decorrente da florestação, no caso de florestação de terras agrícolas.

## **3. Área geográfica elegível**

Todo o território do Continente.

## **4. Prazo para apresentação dos pedidos de apoio**

Entre o dia 2 de Dezembro de 2008 e o dia 31 de Março de 2009.

## **5. Dotação orçamental**

A dotação orçamental do apoio a conceder afecta ao presente Concurso é de 19 Milhões de euros, com a seguinte afectação por subacção:

- a) 10 Milhões de euros para a subacção n.º 2.3.2.1 "Recuperação do Potencial Produtivo";
- b) 9 Milhões de euros para a subacção n.º 2.3.2.2 "Instalação de Sistemas Florestais e Agro-florestais";

No caso de não ocorrer o esgotamento da dotação orçamental de uma subacção, o saldo pode reverter para a outra subacção.

## **6. Número máximo de pedidos de apoio admitidos por beneficiário**

Não é definido um número máximo de pedidos de apoio apresentados por beneficiário, no âmbito do presente concurso

## **7. Critérios de selecção e hierarquização dos pedidos de apoio**

A hierarquização dos pedidos de apoio é feita por subacção.

No que respeita à subacção n.º 2.3.2.1 *“Recuperação do Potencial Produtivo”* a hierarquização dos pedidos de apoio é feita por ordem decrescente da pontuação obtida de acordo com a seguinte metodologia:

**Pontuação da operação =  $\Sigma$  das pontuações obtidas nos diferentes critérios**

### **1º Critério: Contribuição para os objectivos e funções das sub-regiões homogéneas dos planos regionais de ordenamento florestal**

A pontuação é atribuída da seguinte forma:

- Operações inseridas em sub-regiões homogéneas em que a produção ou protecção é 1.ª função = 3 000 pontos;
- Operações inseridas em sub-regiões homogéneas em que a produção ou protecção é 2.ª e 3.ª função = 2 000 pontos;
- Operações inseridas em sub-regiões homogéneas com outras prioridades = 1 000 pontos.

### **2º Critério: Localização em áreas classificadas e áreas sujeitas ao regime florestal**

A pontuação é atribuída da seguinte forma:

- Operações localizadas em áreas classificadas ou submetidas ao regime florestal = 200 pontos;
- Operações localizadas nas restantes áreas = 100 pontos.

### **3º Critério: Tipo de beneficiário**

A pontuação é atribuída da seguinte forma:

- Entidades gestoras de ZIF ou de baldios = 30 pontos;
- Entidades gestoras de áreas agrupadas ou fundos de investimento imobiliário florestal, organismos da administração central enquanto gestoras de património próprio ou do Estado e associações intermunicipais = 20 pontos;
- Restantes beneficiários = 10 pontos.

### **Critério adicional: Área de Incidência da Operação**

Critério a utilizar quando, dentro dos níveis definidos pela aplicação dos critérios anteriores, for necessário estabelecer uma ordem de selecção.

À operação com maior área de incidência é atribuída a pontuação 2, recebendo as restantes operações uma pontuação inferior proporcional à posição relativa na ordenação.

No que respeita à subacção n.º 2.3.2.2 **“Instalação de Sistemas Florestais e Agro-florestais”** a hierarquização dos pedidos de apoio é feita por ordem decrescente da pontuação obtida de acordo com a seguinte metodologia:

**Pontuação da operação =  $\Sigma$  das pontuações obtidas nos diferentes critérios**

**1º Critério: Contribuição para os objectivos específicos e metas definidas nas sub-regiões homogéneas dos planos regionais de ordenamento florestal**

A pontuação é atribuída da seguinte forma:

Para a instalação de sistemas florestais:

- Operações inseridas em sub-regiões homogéneas em que o aumento da área arborizada é objectivo específico e a espécie mais representativa da intervenção está definida como prioritária na sub-região = 300 pontos;
- Operações inseridas em sub-regiões homogéneas em que o aumento da área arborizada é objectivo específico = 200 pontos;
- Operações inseridas em sub-regiões homogéneas em que o aumento da área arborizada não constitui objectivo específico = 100 pontos.

Para a instalação de sistemas agro-florestais:

- Operações inseridas em sub-regiões homogéneas em que a Silvopastorícia e protecção são 1.ª função = 300 pontos;
- Operações inseridas em sub-regiões homogéneas em que a Silvopastorícia e protecção 2.ª e 3.ª função = 200 pontos;
- Operações inseridas em sub-regiões homogéneas com outras funções = 100 pontos.

**2º Critério: Tipo de beneficiário.**

A pontuação é atribuída da seguinte forma:

- Entidades gestoras de ZIF ou de baldios = 30 pontos;
- Entidades gestoras de áreas agrupadas ou fundos de investimento imobiliário florestal, organismos da administração central enquanto gestoras de património próprio ou do Estado e associações intermunicipais = 20 pontos;
- Restantes beneficiários = 10 pontos.

**Critério adicional: Área de Incidência da Operação**

Critério a utilizar quando dentro dos níveis definidos pela aplicação dos critérios anteriores for preciso estabelecer uma ordem de selecção.

À operação com maior área de incidência é atribuída a pontuação 2, recebendo as restantes operações uma pontuação inferior proporcional à posição relativa na ordenação.

## **8. Forma, nível e limites dos apoios**

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis. O nível bem como os limites máximos de apoio a conceder no âmbito do presente Concurso constam do Regulamento de Aplicação aprovado pela Portaria n.º 1137-B/2008, de 9 de Outubro.

## **9. Despesas elegíveis e não elegíveis**

São as constantes do Regulamento de Aplicação aprovado pela Portaria n.º 1137-B/2008, de 9 de Outubro.

## **10. Forma de apresentação dos pedidos de apoio**

Os pedidos de apoio são efectuados através de formulário electrónico disponível no sítio da Internet do PRODER, em [www.proder.pt](http://www.proder.pt), e são submetidos através da Internet, até às 24 horas do dia 31 de Março de 2009.

## **11 Meios de divulgação e informação complementar disponibilizados**

O presente Aviso e outras orientações técnicas e informações relevantes, nomeadamente legislação, formulários e notas técnicas, incluindo as relativas à localização e delimitação geográfica dos investimentos, estão disponíveis no sítio da Internet do PRODER, em [www.proder.pt](http://www.proder.pt), podendo ainda ser obtidos esclarecimentos recorrendo às FAQ também disponíveis naquele sítio, bem como ao *Call Center* do PRODER, a contactar através do n.º 800 500 064.

Lisboa, 14 de Novembro de 2008

A Gestora do PRODER



Maria Rita de Oliveira Horta

Homologado pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, em 14 de Novembro de 2008



JAIME DE JESUS LOPES SILVA  
MINISTRO DA AGRICULTURA,  
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS